

**PROCESSO** - A. I. Nº 206936.0002/05-4  
**RECORRENTE** - MEDISIL - COMERCIAL FARMACÊUTICA E HOSPITALAR LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª JJF nº 0257-04/05  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 04/11/2005

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0359-11/05

**EMENTA:** ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamento com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado contra Auto de Infração datado de 31/03/2005, exigindo o ICMS no valor de R\$24.290,96, em razão das seguintes irregularidades:

1. falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e enquadradas no regime de substituição tributária, no valor de R\$19.908,88;
2. omissão de saídas de mercadorias, presumidas através as entradas de mercadorias não registradas, no valor de R\$4.381,08:

Os ilustres julgadores da 4ª JJF, em julgado deixam patente que o recorrente em sua defesa, parcial, do lançamento fiscal, fls. 120 a 123 dos autos, reconheceu a infração 1.

Com respeito à infração 2, objeto da impugnação, alegou o recorrente que as mercadorias objeto da autuação, adquiridas junto à empresa PLACALP – Produtos Cirúrgicos Ltda., tiveram seu imposto respectivo, por substituição tributária, recolhido pela mesma, conforme comprovam as GNRE's em anexo, descabendo o pagamento do valor exigido no presente lançamento.

Os nobres julgadores aduzem que o lançamento do autuante se referiu a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, saídas essas ocorridas desacobertadas de documentário fiscal correspondente e sem o pagamento do imposto, e utilizadas nos pagamentos de compras de conformidade as notas fiscais de entradas não escrituradas pelo recorrente.

Tudo de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7014/96 e sua previsão de que a constatação de entradas de mercadorias não contabilizadas, além de outras ocorrências, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem os pagamentos de imposto, ressalvada ao contribuinte a prova de improcedência da presunção.

Votam pela Procedência do Auto de Infração em tela.

O recorrente apresenta Recurso Voluntário às fls. 149, 150 e 151 dos autos, dizendo que no tocante à infração 2, fora apresentada prova de pagamento, conforme Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE) referente a algumas notas fiscais juntadas ao PAF, folhas 124 e 125, o que extingue parte do débito conforme fora acatado pelo autuante, de acordo com parte da sua exposição, na folha 130.

Finalizam o Recurso Voluntário requerendo que o processo em lide seja julgado parcialmente procedente, no valor de R\$21.691,67.

A PGE/PROFIS elabora e emite Parecer Jurídico, dizendo não haver nos autos qualquer irresignação a Decisão proferida pela 4ª JJF, do que resta indubitosa a ausência de interesse recursal no caso concreto. Cita Parecer da i.jurista Teresa Arruda Alvim Wambier, contido na 2ª, edição em o Novo Regime de Agravo, e conclui, nos termos do art. 119, parágrafo 1º do COTEB, opinando pelo Não Conhecimento do Recurso Voluntário.

## VOTO

Verifico que o presente PAF apresenta singular conclusão, em torno da infração 2, haja vista a infração 01 ter sido confessada e já liquidada pelo recorrente, mediante utilização de crédito fiscal acumulado, nos termos do Parecer GECOT nº 5625/2005.

Acolho, também, o julgamento dos nobres julgadores da 4ª JJF, muito bem assentado sobre a espécie da presunção de saídas, quando a ausência de registros de notas fiscais de entradas se faz sentir, como o foi no caso em tela.

Quanto a este tópico, infração 2, observo inválidas as alegações nas informações pelo fiscal autuante, (folhas 129 a 131) que concluíra pela redução desta infração 2, tomando como foco o fato de o fornecedor ter recolhido o imposto, por substituição tributária, de conformidade ao demonstrado nas folhas 124 e 125 dos autos.

Observo, que o débito pertinente à infração 2 foi pago com os benefícios fiscais instituídos pela Lei nº 9.650/2005.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado, para que seja mantida inalterada a Decisão recorrida e homologando os valores já pagos.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206936.0002/05-4**, lavrado contra **MEDISIL – COMERCIAL FARMACÊUTICA E HOSPITALAR LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$24.290,96**, acrescido das multas de 60% sobre R\$19.909,88 e 70% sobre R\$4.381,08, previstas no art. 42, II, “d” e III, respectivamente, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, homologando-se os valores comprovadamente pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de outubro de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR – RELATOR

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS